



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1049
Rubrica	

“ E D I T A L ”

Pregão Presencial n.º 14/2020 - SRP

P R E Â M B U L O

Processo n.º	19963/2018
Fundamento Legal:	Lei 8666-93 e suas alterações, Lei 12.846/13, Lei 10.520/02, Decreto Municipal n.º 270/02, Decreto Municipal 158/2018, Decreto Municipal 135/2013.
Finalidade:	Registro de preços para aquisição de equipamentos e materiais elétricos para manutenção e implantação de novos pontos na rede pública de iluminação do Município.
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Item
Execução:	Indireta
Data:	25/06/2020
Horário:	14h
Local de Realização:	Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.

1.1. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, Órgão integrante da Prefeitura Municipal de Maricá, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, autorizados através da Portaria N.º 0390/2020, 0487/2020 e 0901/2020, torna público que fará realizar a licitação na **modalidade Pregão Presencial, sob o Regime de Execução Indireta, tipo Menor Preço por Item, conforme informações constantes nos autos do processo administrativo supracitado.**

1.2. A Sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preço e a Documentação será na data supracitada, na **Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ.**

1.3. A presente licitação e o contrato que dela resultar serão regidos pelas disposições contidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 270/2002, n.º 158/2018 e n.º 135/13, e suas alterações em vigor, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/06, e demais



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1050
Rubrica	

normas aplicáveis à espécie, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento editalício, como se nele estivessem transcritas e às quais as partes, desde já, sujeitam-se incondicionalmente.

1.4 – São órgãos participantes do presente Registro de Preços:

-Secretaria de Iluminação Pública

1.5 - Em observância ao Decreto Regulamentador do Sistema de Registros de Preços do Município de Maricá fica convencionado que a quantidade mínima a ser cotada e contratada por item é de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ora registrados.

1.6 – A estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21 do Decreto Municipal 135/2013, é de 50% (cinquenta por cento).

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Para efeitos deste Certame define-se como:

2.1.1 Beneficiário de Preferência - titular de direito de preferência, na disputa da proposta, e direito de saneamento, na fase de habilitação, nas modalidades de concorrência e pregão, assim considerados:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na legislação específica, em especial a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

b) a cooperativa a esses equiparados, na forma do art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

o microempreendedor individual - MEI, previsto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2012.

2.1.2 Sistema de Registro de Preços – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

2.1.3 ata de registro de preços – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

2.1.4 órgão gerenciador – órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1051
Rubrica	

2.1.5 órgão participante – órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

2.1.6 órgão não participante – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

2.1.7. Contratado- pessoa física, jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração Pública.

2.1.8. Entrega imediata - aquela com prazo de entrega até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou do pedido ou ordem de fornecimento;

2.1.9. Licitantes: pessoas físicas e jurídicas que participam ou manifestam a intenção de participar do processo licitatório. Equipara-se a licitante, para os fins desta Licitação, o fornecedor ou prestador de serviço que, atendendo solicitação da Administração, oferece proposta.

2.1.10. Preços manifestamente inexequíveis: aqueles que os licitantes, após determinação da Administração, não comprovarem a sua viabilidade de execução.

03. DO OBJETO (Art. 40, I, Lei n.º 8.666/93)

3.1 - O presente Pregão destina-se ao Registro de Preços para para aquisição de equipamentos e materiais elétricos para manutenção e implantação de novos pontos na rede pública de iluminação do Município, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.

3.2 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

3.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1052
Rubrica	

estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 3.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.6 - As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, sendo limitado a 100% (cem por cento) dos quantitativos por CNPJ independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7 - O órgão gerenciador poderá autorizar adesão à ata independente de aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

3.8 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.9 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

04. DO FORNECIMENTO

04.1 – Quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, será facultado a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independente da comunicação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

04.2 – O Contratado deverá atender aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, assim como obedecer rigorosamente ao prazo de execução dos serviços.

04.3 – Na Nota Fiscal deverá constar à especificação e os valores unitários dos itens entregues.

04.4 – O adjudicatário é responsável pelos encargos de qualquer natureza oriundos da prestação de serviços, especificamente os de natureza previdenciária, tributária, trabalhista e comercial.

04.5. A empresa vencedora será convocada pela SECRETARIA Requisitante da Prefeitura Municipal de Maricá para, **no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a homologação**, comparecer no local que for indicado, para assinar o “Termo de Contrato” e dar início à execução do objeto.

04.6. O prazo para a assinatura do “Termo de Contrato” poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Maricá.

04.7. A não assinatura do “Termo de Contrato” pelo vencedor, dentro do prazo fixado, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Maricá, o impedirá de participar de novas licitações



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1053
Rubrica	

pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das demais sanções previstas no **art. 81, da Lei Federal n.º 8.666/93**, assegurado o direito do contraditório da ampla defesa.

04.8. Deixando o licitante vencedor de assinar o “Termo de Contrato” no prazo estabelecido, é facultado a Prefeitura Municipal de Maricá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

04.9 – A CONTRATADA deve observar todas as disposições constantes do Termo de Referência.

04.10 - Os itens ora licitados, se contratados, deverão ser fornecidos periodicamente pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme quantidades estipuladas no Cronograma de Execução que segue anexo.

04.10.1 - As quantidades constantes do Termo de Referência são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

04.11 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei n.º. 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

04.12. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, que se dará em 15 (quinze) dias, após o fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

04.12.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

04.12.2. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias não houver manifestação da Secretaria Requisitante acerca do recebimento definitivo, considerar-se á recebido o objeto definitivamente.

04.13 – O item entregue que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação à contratada.

04.14 – A entrega dos itens licitados dar-se-á no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da solicitação formulada pela Secretaria requisitante.

04.15 – O objeto ora licitado deverá ser entregue na Avenida Gilberto de Carvalho, 1120 – Loteamento Vivendas de Itaipuaçu – Inoã – Maricá/RJ

05 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

05.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas:

a) que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

b) que atenderem às exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que não tenham vedação explícita em lei.

05.2 – Não será admitida na licitação a participação de:

a) licitantes suspensos temporariamente pelo governo municipal, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1054
Rubrica	

- b) licitantes já incurso na pena do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- c) mais de uma empresa sob controle acionário de um mesmo grupo jurídico;
- d) licitantes cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico seja servidor do MUNICÍPIO, de suas sociedades Para-Estatais, Fundações ou Autarquias, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta.

05.2.1 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

05.2.2 - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item “b”, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

05.2.3 - O disposto no item 05.2.1 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

05.2.4 - Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 05.2.1, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

05.2.5 - O disposto no item acima aplica-se aos membros da comissão de licitação.

05.3. Não será permitida a representação legal simultânea de mais de uma Licitante.

05.4. Não será permitida a participação de mais de uma Licitante sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

05.5. Não será permitida a participação de Licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Prefeitura da Cidade de Maricá ou de suas sociedades paraestatais, fundações ou autarquias.

05.6. Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto básico. Também é vedada a participação de empresas que possuam, em seu quadro técnico, profissional que tenha participado na elaboração do projeto básico, como autor ou colaborador.

05.7. Somente serão consideradas habilitadas a participar da presente licitação as empresas que entregarem os envelopes até o dia, hora e local determinado neste Edital e que atenderem integralmente as exigências documentais e específicas deste.

05.8. Não serão consideradas as propostas que não estiverem datadas e assinadas pelo representante legal da empresa e que não cumprirem as exigências do Edital quanto à colocação de carimbo contendo a razão social, C.N.P.J. e endereço, no caso de não apresentarem envelope padronizado.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1055
Rubrica	

05.9. As licitantes poderão ser representadas durante o processo licitatório através de seus representantes legais ou prepostos credenciados. Para tal credenciamento, o preposto deverá apresentar ao Presidente da Comissão Julgadora a carta de credenciamento, conforme modelo anexo, e a cópia autenticada do seu documento de identidade. A cópia poderá ser autenticada por membro da CPL à vista do original.

05.10 – A participação de cooperativa estará condicionada à comprovação, através de seu objeto social, de que não está inclusa na regra estabelecida pela Súmula 281 do TCU, e em respeito à Lei nº 12.690/2012.

06 – DO CREDENCIAMENTO

06.1.1 – A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

06.1.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá o mesmo apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

06.1.3 - Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação.

06.1.4 – No caso de apresentação de carta credenciando ou procuração para este fim, estas deverão ser acompanhadas dos Atos Constitutivos da empresa, para verificação quanto à competência do emissor dos referidos documentos, devendo os documentos comprobatórios serem apresentados por fora dos envelopes. A falta de credenciamento não inabilitará a licitante, apenas a impedirá de se manifestar no curso do processo licitatório.

06.1.5 – Caso o licitante queira deixar a cópia autenticada dos Atos constitutivos apresentada, para fins de credenciamento, na posse da Equipe de Apoio não será necessária à apresentação dos mesmos dentro do envelope de documentação.

06.1.6 – A licitante deverá também entregar juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, por fora do envelope, à declaração (Anexo II - A) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

06.1.7 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

06.1.8 – Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nesse item. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como da perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

06.1.9 – A procuração que não contenha prazo de validade especificado no próprio corpo será válida por 1 (um) ano, a contar da data de sua expedição.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1056
Rubrica	

07.1 A despesa com a presente aquisição correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 33; 01; 25.752.0021; 2.035, Natureza da Despesa 3.3.90.30; 4.4.90.52, Fonte 0100; 0101; 0206; 0236.

07.2. O preço estimado para a presente licitação é de **R\$ 20.481.626,50** (vinte milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

08 – DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

08.1 – Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:

08.1.1 – A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.

08.1.2 – A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

08.1.3 - O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a proposta, visando elucidar possíveis dúvidas.

08.2 – Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta – detalhe.

08.2.1 – Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

08.3 – Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as vias.

08.4 – Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

08.5 – A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados, sob pena de desclassificação, ressalvada a hipótese do subitem 08.1.3.

08.6 – O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.

09 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

09.1 – A Sessão para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e a Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, com o Decreto Municipal Competente, e, ainda, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinados.

09.2 – No local, data e hora previstos neste Edital, os licitantes apresentarão suas propostas/documentos em envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2020 - SRP
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1057
Rubrica	

II – ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2020 - SRP
NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

09.3 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro e recebidos os envelopes, não mais serão admitidos novos licitantes.

09.4 - Os envelopes poderão ser entregues diretamente por representante da licitante na abertura da Sessão pública, por correio ou por qualquer outro serviço de entrega, não se responsabilizando a CPL pelo não recebimento ou pelo atraso no recebimento dos envelopes enviados por correio outro serviço de entrega.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93)

10.1 – Será exigida dos interessados a seguinte documentação (em envelope lacrado contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo):

- I – documentação relativa à habilitação jurídica;
- II – documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- III – documentação relativa à qualificação técnica;
- IV – documentação relativa à regularidade fiscal;
- V - Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);
- VI - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de atendimento aos requisitos de Habilitação, conforme inciso VII, do art. 4º, da Lei n.º 10.520/02 (modelo em anexo), de forma avulsa.
- VII - Declaração referente ao art. 9º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS: A declaração do item VI deverá ser entregue ao Pregoeiro, juntamente com o credenciamento/procuração e o Ato Constitutivo da empresa (subitens A1, A2, A3 ou A4, conforme o caso), de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes.

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA

Conforme o caso consistirá em:

A.1 - cédula de identidade;

A.2 - registro comercial, no caso de empresa individual;

A3. - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

A.4 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1058
Rubrica	

A.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Nota 1: Os licitantes ficam eximidos da apresentação do documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) exigido neste item, se os mesmos foram apresentados no ato de credenciamento, salientado que, para tanto deverão ter sido apresentados em original ou cópia autenticada por cartório, de acordo com o preceito do *caput* do Artigo 32 da Lei Federal n 8.666 / 1993 e posteriores alterações.

Nota 2: Conforme Resolução CGSIM nº 16/2009, para o MEI – Empresário Individual, onde há a exigência de apresentação do contrato social, este será substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI e para fins de comprovação da Qualificação Econômica – Financeira será aceita a apresentação da Declaração Anual do Microempreendedor Individual / Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) em substituição a exigência do Balanço Patrimonial.

B – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção dos índices econômicos previstos na alínea "b.2" deste subitem.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES": por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em órgão equivalente ou por fotocópia do balanço e das demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b.1.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou Técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na forma prevista no art. 25 da Lei nº 9.295/46, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.249 /10, e na forma da Resolução nº 560/83 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo certo que os Técnicos acima referidos deverão promover o competente registro até a data de 15/06/15, na forma da lei vigente.

b.1.6) As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº787, de 19 de novembro de 2007, que institui a Escrituração Contábil Digital-ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o Balanço Patrimonial, em versão digital, obedecidas as normas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1059
Rubrica	

do parágrafo único do art.2º da citada Instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade Credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas - Brasileiras-ICP-Brasil) nos termos da IN-RFB nº926, de 11 de março de 2009.

b.2) o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} = \geq 1,0$$

b.2.1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos juntado ao Balanço apresentado pelo licitante. Caso o memorial não seja apresentado, o Pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2.2) A empresa licitante que apresentar resultado Menor Que Um no Índice de Liquidez Geral (ILG) poderá comprovar a capacidade econômico-financeira de empresa através da demonstração de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação.

b.3) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias. No caso de a sede se encontrar na Comarca do Rio de Janeiro - RJ deverão as certidões ser expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios. Se a licitante não for sediada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas ou recuperação judicial.

b.3.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b.4) Para o MEI – Empresário Individual para fins de comprovação da Qualificação Econômica – Financeira será aceita a apresentação da Declaração Anual do Microempreendedor Individual / Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) em substituição a exigência do Balanço Patrimonial.

C – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 – Declaração de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

D – REGULARIDADE FISCAL

D.1 – Cartão de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

D.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, ou ambos, dependendo do seu ramo de atividade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1060
Rubrica	

D.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda, na forma do que dispõe a regulamentação federal sobre a matéria. Portaria Conjunta PGFN/SRF n.º 03/2005, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.

D.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada CERTIDÃO PARA NÃO CONTRIBUINTE DO ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33, de 24 de novembro de 2004).

D.5 – Em relação à regularidade fiscal municipal: a) para todos os licitantes sediados no Município de Maricá: Certidão negativa de débitos municipais / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá. b) Para os licitantes que não possuam qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município: Certidão negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais. c) Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro mobiliário do Município de Maricá: Certidão negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais para com o Município de Maricá e Certidão negativa de débitos municipais / Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débitos municipais, expedida pelo Município de sua Sede.

D.6 – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS).

D.7 – Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas, conforme o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

10.2 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Prefeitura Municipal de Maricá. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser digitados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.

10.2.1 - A exibição do documento original ao pregoeiro na sessão dispensa a autenticação em cartório, pois será realizada a autenticação das cópias apresentadas no envelope de habilitação no ato dessa apresentação.

10.2.2 – Os documentos originais deverão estar em posse da licitante e NÃO dentro do envelope de habilitação, no qual deverá conter apenas as cópias, uma vez que se os originais forem entregues NÃO poderão ser retirados do processo.

10.2.3 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.3 - A apresentação do Certificado de Cadastro **NÃO** isentará o licitante de apresentar dentro do envelope de documentação os documentos listados na Habilitação Jurídica e na Regularidade Fiscal, ainda que as referidas certidões estejam na validade na data de entrega dos envelopes.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1061
Rubrica	

10.4 - Toda a documentação corresponderá a um único CNPJ/MF, da sede matriz ou filial:

- a) Caso a pessoa jurídica tenha filial neste município, mas esteja autorizada a centralizar tributos e contribuições daquela sede em outro local, valerá o CNPJ/MF desta;
- b) Caso a pessoa jurídica não possua matriz (sede) ou filial no município, prevalecerá o CNPJ/MF de sua matriz.
- c) Caso a licitante venha participar pela filial, deverá apresentar todos os documentos da filial e os seguintes documentos com CNPJ da Matriz: MF da Matriz.

I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial. – 10, b.3 e b3.1

II – Prova de regularidade com a Fazenda Federal feita por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda.-10. D.3

III – Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS) – 10. D.6.

IV- Prova de Regularidade Trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de débitos trabalhistas. – 10. D.7;

c.1) O documento apresentado com o CNPJ da Matriz ou da filial, que expressamente informe a abrangência de ambas, fica dispensado de ser reapresentado.

10.5 – As documentações solicitadas deverão ser apresentadas na sessão de licitação obedecendo a ordem descrita no edital e numerada.

11 – DAS AMOSTRAS

11.1 – Como Critério para celebração do contrato, a Empresa Vencedora, deverá apresentar a(s) amostra (as) licitadas em até 05 (cinco) dias após a realização das fases de habilitação e classificação das propostas, para análise na Secretaria de Iluminação Pública, localizada à Avenida Gilberto de Carvalho, 148 A – Lote C – Inoã – Maricá – RJ – CEP: 24922-000, para que a mesma, no prazo de 30 dias, apresente seu lado técnico, aprovando ou não os itens licitados

11.2 - Será aberto prazo para recurso apenas ao final da fase de amostras, nos moldes da Lei nº 10.520/02.

11.3 - O recurso interposto fora do prazo previsto será desconsiderado e automaticamente arquivado.

11.4 - A empresa que receber análise negativa será desclassificada e automaticamente será chamada a empresa que se classificou em segundo lugar e assim sucessivamente, até que se encontre uma proposta com amostra adequada entre as empresas classificadas.

11.5 - Os materiais licitados deverão ser obrigatoriamente de primeira linha e homologados pelo INMETRO/PROCEL, sob pena de desclassificação dos itens que destoarem das especificações exigidas.

12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VII e X, Lei N.º 8.666/93)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1062
Rubrica	

12.1 – No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

12.2 – Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a conseqüente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

12.3 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.

12.4 – Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 11.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

12.5 – No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

12.6 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

12.7 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

12.8 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

12.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

12.10 – O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

12.11 – A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

12.12 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

12.13 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

12.14 – Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

12.15 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

12.16 – O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

12.16.1 – A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

12.16.2 - A proposta final deve, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano).

12.17 – Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1063
Rubrica	

respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

12.18 – Com relação as Micro-Empresas e Empresas de Pequeno Porte serão observadas as regras estabelecidas nos art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006.

13. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 - Selecionada a Proposta de melhor preço ou encerrada a fase de lances, o Pregoeiro verificará a existência de licitante presente e credenciado com direito de preferência. Existindo beneficiário e se o valor da respectiva Proposta de Preços estiver no intervalo de até 5%(cinco por cento) superior ao preço da Proposta classificada em primeiro lugar ser-lhe-á permitido apresentar preço inferior ao da Proposta classificada.

13.2 - A não apresentação de preço pelo licitante beneficiário de preferência implicará na decadência do direito conferido pela Legislação e, havendo outros licitantes beneficiários o Pregoeiro os convocará, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

13.3 - Na hipótese de não haver oferta de preço pelos beneficiários de preferência concorrentes desta licitação, o Pregoeiro dará continuidade ao Pregão com a Proposta de Preços originalmente classificada em primeiro lugar, procedendo á abertura dos documentos de sua habilitação.

13.4 - Os beneficiários do direito de preferência, na fase da Habilitação, deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital para efeito de comprovação da Regularidade Fiscal, mesmo que estes documentos apresentem alguma restrição, consoante dispõe o art.43 da Lei Complementar nº123/2006.

13.5 - Sendo o licitante beneficiário do direito de preferência, na fase do exame dos documentos de habilitação será observado o direito de saneamento quanto à regularidade perante às Fazendas, INSS, FGTS e Justiça Trabalhista, previsto na lei. Havendo irregularidades nos documentos apresentados, o Pregoeiro concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação apresentada de forma irregular pelo licitante beneficiário de preferência.

13.5.1. - O não atendimento da regularidade dos documentos no prazo estabelecido no subitem 12.4. implicará a inabilitação do licitante.

14 – DOS RECURSOS

14.1 – Durante a realização do Certame os recursos se darão da seguinte forma:

14.1.1 – O licitante deverá registrar em ata a síntese das suas razões, sob pena de perda do direito de recorrer, devendo obrigatoriamente apresentá-las por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis, forma da Lei do Pregão.

14.1.2 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

14.1.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.1.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, através do Pregoeiro e equipe de apoio, na cidade de Maricá.

14.1.5 - Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresenta contra-razões no prazo de até 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

14.2 – Caberão ainda os seguintes recursos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1064
Rubrica	

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- c) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do art. 79, da Lei n.º 8.666/93;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II – representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

14.2.1 – A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "c", deste item, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, e no inciso II, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

14.2.2 – Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis

14.2.3 -. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade

14.2.4 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

14.3 – Para que sejam asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, será aceito o encaminhamento de recurso, tempestivamente, para o e-mail maricacpl@gmail.com que será impresso e gerará um processo administrativo. Até o julgamento do referido recurso deve o Recorrente encaminhar original, devidamente assinado pelo Responsável da empresa, para que seja apensado aos autos do Recurso, sob pena de indeferimento do mesmo.

15 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 40, II, Lei n.º8.666/93)

15.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

15.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.1.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

15.1.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1065
Rubrica	

16 – DAS PENALIDADES (Art. 40, III, Lei n.º 8.666/93)

16.1 A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor do total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;
- c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02.

16.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

16.3 - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do item 15.1, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

16.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.5 - A aplicação das sanções previstas neste item deverão ser aplicadas pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal n.º 158/2018.

16.6 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

16.8 – A multa prevista no item 15.1 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

16.9 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

16.10 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1066
Rubrica	

17 – DA IMPUGNAÇÃO

17.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/02 e da Lei n.º 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de proposta de preço/habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, da lei supracitada.

17.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

17.3 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4 – A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

17.5 – As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto a Comissão Permanente de Licitação, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

18 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

18.1. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão, decorrido *in albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior para adjudicação e homologação.

18.2. Até a data da assinatura do Contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer participante que tenha apresentado documento ou declaração incorreta, bem como aquele cuja situação econômico-financeira tenha se alterado após o início do processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

18.3 - Nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

19 – DO PAGAMENTO (Art. 40, XIV, Lei n.º 8.666/93)

19.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

19.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

19.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018.

19.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da efetiva prestação do serviço mensal, data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

19.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

19.3.3 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1067
Rubrica	

0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

19.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

19.3.5 Caso o Município antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação. 18.3.4 O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Chefe do Executivo, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da CONTRATADA dirigido ao Gabinete do Prefeito.

19.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, só poderão ocorrer em periodicidade anual, conforme variação do IGP-M, levando em consideração a data base estipulada na proposta.

19.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 40, VIII, Lei n.º 8.666/93)

20.1 - A Licitação a que se refere este Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, ou anulada, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses motivos, ressalvado o disposto no Parágrafo Único, do art. 59 da Lei n.º 8.666/93, no último caso.

20.2 - Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste Certame na data marcada, ficará o mesmo automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso do Pregoeiro e Equipe de Apoio em contrário.

20.3 – O Edital e seus anexos, assim como maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital, poderão ser obtidas e dirimidas junto ao Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, até um dia útil antes da realização do Certame.

20.3.1 – Os interessados em retirar o Edital deverão entregar CD-RW (virgem) à Comissão Permanente de Licitação.

20.3.2 - Informações e esclarecimentos relativos à Licitação devem ser adquiridas junto à Comissão Permanente de Licitação, situado na Rua Álvares de Castro, n.º 346, térreo, no horário de 9:00 às 17:00, ou pelo telefone 2637-2052, ou maricacpl@gmail.com

20.4 - Se os certificados e certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

20.5 - Os documentos exigidos deverão ser apresentados de forma ordenada, em conformidade com o edital, devidamente numerados.

20.6 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Portanto, a constatação, a qualquer tempo, de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1068
Rubrica	

adulteração ou falsificação dos documentos apresentados, ensejará, após regular processo administrativo, a adoção imediata da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de até 02 (dois) anos, independentemente das demais sanções previstas em Lei.

20.7 – Considerar-se-á domicílio ou sede da licitante o lugar onde esta mantém seu estabelecimento matriz.

20.8 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como elementos impeditivos ao perfeito cumprimento do contrato.

20.9 – É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.10 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** responsabilidade por qualquer custo, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.11 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro ou pela Autoridade superior.

20.12 – O proponente que vier a ser vencedor do certame, se contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.13 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato e do fiel cumprimento da lei.

20.14 – A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o atendimento das propostas.

20.15 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do artigo 21, da Lei nº 8.666/93.

20.16 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para a licitante perante a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**.

20.17 – As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após a sua homologação e adjudicação pelo Secretário Requisitante.

20.18 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**.

20.19 – Fica assegurado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ** sem que caiba aos licitantes indenização:

20.19.1 – adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, exceto em Caso Fortuito ou de Força Maior, quando o prazo citado não será observado.

20.20 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, ou ainda, quanto à formulação das propostas, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro.

20.21 – Os prazos previstos neste Edital serão contados conforme artigo 110 da Lei nº 8.666/93.

20.22 – As empresas que não obedecerem, rigorosamente, as exigências do Edital, serão inabilitadas/desclassificadas, ressalvada a hipótese do item 16.14.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1069
Rubrica	

20.23 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará o total conhecimento das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal competente e demais normas pertinentes à espécie, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, tendo sua decisão ratificada pela Autoridade superior através da Homologação.

20.24 – No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

20.25 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo os licitantes retirar-los até 05 (cinco) dias após a publicação do extrato do contrato no Jornal Oficial do Município, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

20.26 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio.

20.27 - Não será permitida a subcontratação, tendo em vista não ter havido solicitação expressa da Secretaria Requisitante.

20.28 – É vedada a substituição do representante da empresa junto a Comissão Permanente de Licitação em qualquer fase da licitação a não ser em caso de força maior devidamente comprovado.

20.29 – A empresa deve obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no projeto básico/termo de referência e memorial descritivo assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

21. DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1 - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

21.2 - As condições do ajuste, para formalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, constam no ANEXO – Minuta da Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1070
Rubrica	

21.3 - O prazo para a apresentação da documentação para a formalização da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis contados após a convocação, sob pena de decadência ao direito do registro na ata, sem prejuízo das sanções descritas neste edital, devendo a empresa adjudicatária apresentar documentação relativa à habilitação neste certame que já esteja vencida.

21.4 - A ata deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

21.5 - O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

21.6 - Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o subitem 20.3 ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração proceder na forma prevista neste Edital e na Lei correlata.

21.7 - A ata a ser firmada entre esta Municipalidade e a vencedora do certame terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

21.8 O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 21, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV – quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V – condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI – prazo de validade do registro de preço;

VII – órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII – modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX – penalidades por descumprimento das condições;

21.9 Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1071
Rubrica	

21.10 A estimativa a que se refere o item 20.8 do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

21.11 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.11.1 A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.12. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I – será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na seqüência da classificação do certame;

II – o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

III – a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

21.12.1 O registro a que se refere este item tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos itens seguintes.

21.12.2 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

I – os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

II – os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

21.12.3 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.13 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.14 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.15 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, não cabendo a incidência de reajuste dos preços registrados na Ata, apenas revisão dos mesmos nas hipótese legais permitidas.

21.15.1 - Os preços somente poderão ser reajustados nos contratos decorrentes de Ata de Registro de Preços observado o prazo estipulado neste Edital e o índice setorial aplicável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1072
Rubrica	

21.15.2 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

21.16 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

21.16.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

21.17 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.18 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

21.19 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.19.1. - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

21.19.2. - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

21.19.3. - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

21.19.4. - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.20. O registro do fornecedor será cancelado quando:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1073
Rubrica	

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

21.21- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.22 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

21.23 - O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a PMM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

21.24 - Ao licitante vencedor fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes acorrente em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações

21.25 - O resultado desta licitação será divulgado no JOM.

22 – DOS ANEXOS

22.1 – Constituem anexos deste Edital:

ANEXO I:

A – Planilha de Valores e Quantitativos e Unitários

B - Propostas-Detalhe

ANEXO II – Modelo de Declarações:

A- Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação

B- Carta de Credenciamento para participar de licitações

C- Modelo de Declaração para fins do disposto do inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93

D- Modelo de Declaração referente ao art. 9º da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1074
Rubrica	

E- Modelo de declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação.

ANEXO III:

A- Termo de Referência da Secretaria

ANEXO IV:

Minuta da Ata de Registro de Preços

Minuta do Contrato

23 – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – A empresa vencedora deverá obrigatoriamente, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 8.666/93, cumprir o determinado no Projeto Básico/Termo de Referência, assim como, observar o comprometimento do desembolso previsto no cronograma físico-financeiro com o realizado.

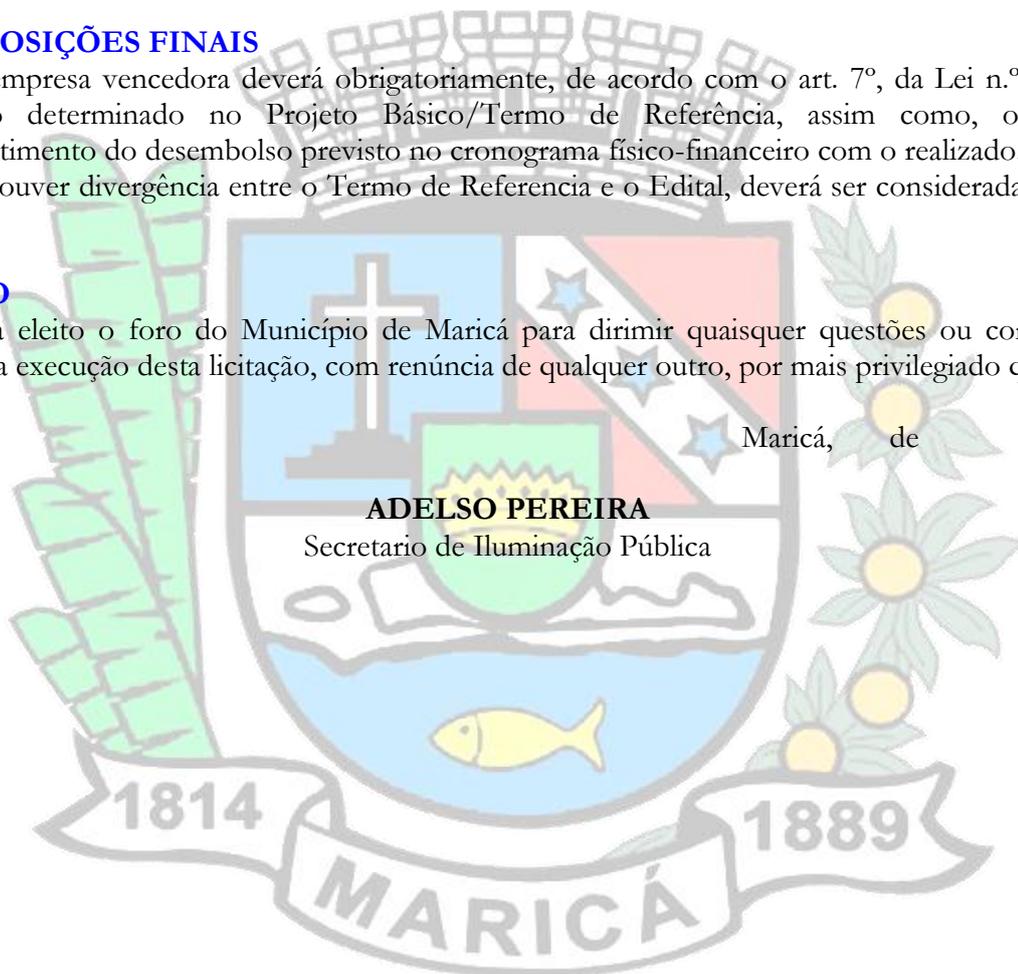
23.2 - Se houver divergência entre o Termo de Referência e o Edital, deverá ser considerada a cláusula do edital.

24– FORO

24.1 - Fica eleito o foro do Município de Maricá para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução desta licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, de de 2019.

ADELSON PEREIRA
Secretario de Iluminação Pública





Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1075
Rubrica	

ANEXO I

A - PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 120W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio extrudado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 180 x 285mm)	Unid.	300	R\$ 2.112,53	R\$ 633.759,00
02	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 240W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio extrudado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com	Unid.	300	R\$ 2.898,50	R\$ 869.550,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1076
Rubrica	

	pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 360 x 285mm)				
03	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 300W, Vida útil ≥ 50000 horas. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 361 x 410 x 260mm)	Unid	300	R\$ 4.105,20	R\$ 1.231.560,00
04	Projektor PRJ-27, para uma lâmpada vapor de sódio ou multivapor metálico de 250/400W, tubular, com equipamento auxiliar integrado, em liga de alumínio injetado a alta pressão - IP 65. Visor em vidro incolor plano liso com transparência mínima de 90%, temperado, resistente a impacto (IK08) e a choque térmico. Acabamento em pintura eletrostática em poliéster em pó, conforme especificação EM-RIOLUZ-72. Fornecimento.	Unid	100	R\$ 853,90	R\$ 85.390,00
05	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K ± 300 K, IRC ≥ 70 , potência máxima 60W, fluxo luminoso de 6600 lumens, fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, eficiência luminosa ≥ 110 lm/W, vida útil ≥ 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve	Unid.	1.500	R\$ 1.498,60	R\$ 2.247.900,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1077
Rubrica	

	possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123..				
06	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 120W, fluxo luminoso de 13200 lumens, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrstática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	Unid.	1.500	R\$ 2.295,94	R\$ 3.443.910,00
07	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 170W, fluxo luminoso de 18700 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrstática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de	Unid.	400	R\$ 2.836,90	R\$ 1.134.760,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1078
Rubrica	

	ferramentas/instrumento de medição.				
08	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 240W, fluxo luminoso de 26400 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas.Tensão Bivolt.Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000.A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	Unid.	800	R\$ 3.447,20	R\$ 2.757.760,00
09	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 300W, fluxo luminoso de 33000 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	Unid.	300	R\$ 4.006,90	R\$ 1.202.070,00
10	Lâmpada bivolt LED 40W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 3600lm, fator de potência \geq 0,92, eficiência luminosa 90lm/W,				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1079
Rubrica	

	equivalência (incandescente - 225W/ fluorescente -61W). Dimensões (altura x diâmetro) 20,4 x 13,8mm.	Unid.	500	R\$ 198,22	R\$ 99.110,00
11	Lâmpada bivolt LED 50W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 4.500lm, fator de potência ³ 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 270W/ fluorescente -74W). Dimensões (altura x diâmetro) 25,6 x 13,8mm.	Unid.	500	R\$ 211,42	R\$ 105.710,00
12	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300	R\$ 515,10	R\$ 154.530,00
13	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300	R\$ 720,60	R\$ 216.180,00
14	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300	R\$ 569,15	R\$ 170.745,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1080
Rubrica	

15	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300	R\$ 810,90	R\$ 243.270,00
16	"Cabo cobre, 1 kV, seções 2x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 2 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."	Metro	50.000	R\$ 17,59	R\$ 879.500,00
17	"Cabo cobre, 1 kV, seções 3x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."	Metro	60.000	R\$ 22,66	R\$ 1.359.600,00
18	"Cabo cobre, 1 kV, seções 3 X 16 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada	Metro	10.000	R\$ 26,29	R\$ 262.900,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
 SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1081
Rubrica	

	condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."				
19	Cabo de alumínio multiplexado auto sustentado, com tres condutores fase de alumínio compactado (CA), com isolamento composto de polietileno reticulado (XLPE), 90oC, isolamento para 1Kv, secao 16mm2 e condutor neutro de alumínio compactado, nao isolado, com alma de aco (CAA), secao 16mm2 (3 x 1 x 16 + 16), conforme NBR 8182. Fornecimento.	Metro	200.000	R\$ 8,25	R\$ 1.650.000,00
20	Contator magnético com bobina 25A 220V/60Hz modelo 3RT10 25-1AN10	Unid.	50	R\$ 329,07	R\$ 16.453,50
21	Contator magnético com bobina 32A 220V/60Hz modelo 3TB-44	Unid.	50	R\$ 386,54	R\$ 19.327,00
22	Contator magnético com bobina 63A 220V/60Hz modelo 3TB-47	Unid.	50	R\$ 451,22	R\$ 22.561,00
23	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (1.1/2").	Metro	50.000	R\$ 5,45	R\$ 272.500,00
24	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (3/4").	Metro	30.000	R\$ 3,42	R\$ 102.600,00
25	Conector terminal para haste de terra de 5/8" de diâmetro e para cabo de até 50 mm ² , corpo em liga de bronze de alta condutibilidade elétrica e alta resistência mecânica, composto de grampo tipo U, com porcas e arruelas de pressão.	Unid.	300	R\$ 19,58	R\$ 5.874,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1082
Rubrica	

26	Parafuso maquina 12x150mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	Unid.	3.000	R\$ 14,41	R\$ 43.230,00
27	Parafuso maquina 12x300mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	Unid.	3.000	R\$ 21,78	R\$ 65.340,00
28	Abraçadeira de Nylon com pelo menos 300 x 3,6mm com tensão mínima de ruptura de pelo menos 8,2Kgf temperatura de utilização por volta -40°C e 85°C	Unid.	40.000	R\$ 0,31	R\$ 12.400,00
29	Capacete de segurança, classificação a (para uso industrial e construção civil), fabricado em plástico de polietileno de alta densidade. Possui nervura central para reforço, aba frontal e não possui slot para fixação de acessórios. Suspensão/carneira de plástico de polietileno de média densidade, fixada ao capacete através de seis pontos, com almofada na testa para absorção do suor e de regulagem simples.	Unid.	40	R\$ 49,28	R\$ 1.971,20
30	Alicate de bico 6" meia cana fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	Unid.	20	R\$ 37,78	R\$ 755,60
31	Alicate universal 8" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	Unid.	20	R\$ 58,42	R\$ 1.168,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1083
Rubrica	

32	Kit de ferramentas para eletricista contendo: 01 alicate de bico longo 150 mm com cabo emborrachado; chave ajustável (tipo inglesa); 01 martelo com cabo emborrachado; 01 nivelador; 02 abraçadeiras de nylon 100 mm; 01 chave de boca; 01 trena de 03 metros; 01 estilete; 08 chaves hexagonais métrica (allen); 08 chaves hexagonais polegadas (allen); 06 chaves de precisão 3,5(-) 3,0(+) 2,4(-) 2,0(+) 1,6(+) 1,0(-); 20 bits de pontas diversas intercambiáveis; 01 maleta plástica com fecho.	Unid.	20	R\$ 387,09	R\$ 7.741,80
33	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 25 mm ² . De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	10.000	R\$ 17,71	R\$ 177.100,00
34	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 35 mm ² . De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de	Metro	10.000	R\$ 27,28	R\$ 272.800,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1084
Rubrica	

	100m.				
35	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 50 mm2. De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	10.000	R\$ 40,54	R\$ 405.400,00
36	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 70 mm2. De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	3.000	R\$ 50,88	R\$ 152.640,00
37	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - POLIETILENO RETICULÁVEL, TEMPERATURA 90° C, TENSÃO ISOLAMENTO 0,6/1KV, COBERTURA EM PVC - POLICLORETO DE VINILA, NA COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 95 MM2. DE ACORDO COM AS NBR 7286 E NBR 6251. ACONDICIONADO EM ROLOS DE 100M.	Metro	2.000	R\$ 76,78	R\$ 153.560,00
VALOR TOTAL					R\$ 20.481.626,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1085
Rubrica	

B - PROPOSTA-DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Comissão Permanente de Licitação

PROPOSTA DETALHE

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 14/2020 - SRP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2020 - SRP

A Realizar-se em

Processo:

CARIMBO DO CNPJ

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca/ Fabricante	Valor unitário	Valor Total
01	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 120W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio extrudado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 180 x 285mm)	Unid.	300			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1086
Rubrica	

02	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 240W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio extrudado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 360 x 285mm)	Unid.	300			
03	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 300W, Vida útil ≥ 50000 horas. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 361 x 410 x 260mm)	Unid	300			
04	Projektor PRJ-27, para uma lâmpada vapor de sódio ou multivapor metálico de 250/400W, tubular, com equipamento auxiliar integrado, em liga de alumínio injetado a alta pressão - IP 65. Visor em vidro incolor plano liso com transparência mínima de 90%, temperado, resistente a impacto (IK08) e a choque térmico. Acabamento em pintura eletrostática em	Unid	100			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1087
Rubrica	

	poliéster em pó, conforme especificação EM-RIOLUZ-72. Fornecimento.					
05	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 60W, fluxo luminoso de 6600 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123..	Unid.	1.500			
06	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 120W, fluxo luminoso de 13200 lumens, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrstática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	Unid.	1.500			
07	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 170W, fluxo luminoso	Unid.				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1088
Rubrica	

	de 18700 lumens, fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, eficiência luminosa ≥ 110 lm/W, vida útil ≥ 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoeletrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.		400			
08	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K ± 300 K, IRC ≥ 70 , potência máxima 240W, fluxo luminoso de 26400 lumens, fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, eficiência luminosa ≥ 110 lm/W, vida útil ≥ 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	Unid.	800			
09	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K ± 300 K, IRC ≥ 70 , potência máxima 300W, fluxo luminoso de 33000 lumens, fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, eficiência luminosa ≥ 110 lm/W, vida útil ≥ 70000	Unid.	300			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1089
Rubrica	

	horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.					
10	Lâmpada bivolt LED 40W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 3600lm, fator de potência ³ 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 225W/ fluorescente -61W). Dimensões (altura x diâmetro) 20,4 x 13,8mm.	Unid.	500			
11	Lâmpada bivolt LED 50W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 4.500lm, fator de potência ³ 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 270W/ fluorescente -74W). Dimensões (altura x diâmetro) 25,6 x 13,8mm.	Unid.	500			
12	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300			
13	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste	Unid.				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1090
Rubrica	

	c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.		300			
14	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável,acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300			
15	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	Unid.	300			
16	"Cabo cobre, 1 kV, seções 2x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 2 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."	Metro	50.000			
17	"Cabo cobre, 1 kV, seções 3x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera	Metro				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1091
Rubrica	

	mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."		60.000			
18	"Cabo cobre, 1 kV, seções 3 X 16 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta."	Metro	10.000			
19	Cabo de alumínio multiplexado auto sustentado, com tres condutores fase de alumínio compactado (CA), com isolamento composto de polietileno reticulado (XLPE), 90oC, isolamento para 1Kv, secao 16mm2 e condutor neutro de aluminio compactado, nao isolado, com alma de aco (CAA), secao 16mm2 (3 x 1 x 16 + 16), conforme NBR 8182. Fornecimento.	Metro	200.00 0			
20	Contator magnético com bobina 25A 220V/60Hz modelo 3RT10 25-1AN10	Unid.	50			
21	Contator magnético com bobina 32A 220V/60Hz modelo 3TB-44	Unid.	50			
22	Contator magnético com bobina 63A 220V/60Hz modelo 3TB-47	Unid.	50			
23	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (1.1/2").	Metro	50.000			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1092
Rubrica	

24	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (3/4").	Metro	30.000			
25	Conector terminal para haste de terra de 5/8" de diâmetro e para cabo de até 50 mm ² , corpo em liga de bronze de alta condutibilidade elétrica e alta resistência mecânica, composto de grampo tipo U, com porcas e arruelas de pressão.	Unid.	300			
26	Parafuso maquina 12x150mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	Unid.	3.000			
27	Parafuso maquina 12x300mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	Unid.	3.000			
28	Abraçadeira de Nylon com pelo menos 300 x 3,6mm com tensão mínima de ruptura de pelo menos 8,2Kgf temperatura de utilização por volta -40°C e 85°C	Unid.	40.000			
29	Capacete de segurança, classificação a (para uso industrial e construção civil), fabricado em plástico de polietileno de alta densidade. Possui nervura central para reforço, aba frontal e não possui slot para fixação de acessórios. Suspensão/carneira de plástico de polietileno de média densidade, fixada ao capacete através de seis	Unid.	40			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1093
Rubrica	

	pontos, com almofada na testa para absorção do suor e de regulagem simples.					
30	Alicate de bico 6" meia cana fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	Unid.	20			
31	Alicate universal 8" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	Unid.	20			
32	Kit de ferramentas para eletricista contendo: 01 alicate de bico longo 150 mm com cabo emborrachado; chave ajustável (tipo inglesa); 01 martelo com cabo emborrachado; 01 nivelador; 02 abraçadeiras de nylon 100 mm; 01 chave de boca; 01 trena de 03 metros; 01 estilete; 08 chaves hexagonais métrica (allen); 08 chaves hexagonais polegadas (allen); 06 chaves de precisão 3,5(-) 3,0(+) 2,4(-) 2,0(+) 1,6(+) 1,0(-); 20 bits de pontas diversas intercambiáveis; 01 maleta plástica com fecho.	Unid.	20			
33	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 25 mm ² . De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	10.000			
34	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre	Metro				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1094
Rubrica	

	eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 35 mm2. De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.		10.000			
35	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 50 mm2. De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	10.000			
36	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - polietileno reticulável, temperatura 90° c, tensão isolamento 0,6/1kv, cobertura em pvc - policloreto de vinila, na cor preta, seção nominal condutor 70 mm2. De acordo com as nbr 7286 e nbr 6251. Acondicionado em rolos de 100m.	Metro	3.000			
37	Cabo elétrico flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto xlpe - POLIETILENO RETICULÁVEL, TEMPERATURA 90° C, TENSÃO ISOLAMENTO 0,6/1KV, COBERTURA EM PVC - POLICLORETO DE VINILA, NA COR PRETA,	Metro	2.000			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1095
Rubrica	

SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 95 MM2. DE ACORDO COM AS NBR 7286 E NBR 6251. ACONDICIONADO EM ROLOS DE 100M.						
VALOR TOTAL						

OBS: Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD-RW/PEN DRIVE (será devolvido ao final da sessão) contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.

OBS: A licitante vencedora deverá apresentar a proposta final observando os itens 12.16, 12.16.1 e 12.16.2.

Em, ____ de _____ de 2020.

Nº de Inscrição Municipal ou
Estadual

Firma Proponente (Assinatura)





Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1096
Rubrica	

ANEXO II - DECLARAÇÕES

A - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Licitação na modalidade pregão nº ____/____

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal no 10,520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade pregão referida em epígrafe.

Local, em ____ de _____ de _____

(representante legal)

Observações:

- 1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 2 – Esta declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1097
Rubrica	

B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local), de _____ de _____

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ

Ao Pregoeiro,

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, no Pregão nº ____/2006, a ser realizada em ____/____/____, nessa Prefeitura, às ____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal

Observações:

- 1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário.
- 2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1098
Rubrica	

**C - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO
ARTIGO 27 DA LEI Nº 8.666/93**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (assinalar com “x”, conforme o caso):

() não emprega menor de dezesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1099
Rubrica	

D - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A (empresa licitante), inscrito no CNPJ nº....., bem como seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, **DECLARAM não ser:**

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – no caso de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

III - no caso da empresa, isoladamente ou em consórcio, ser a autora do projeto, dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

IV - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Local, em ____ de ____ de ____

(representante legal)

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1100
Rubrica	

E - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que
recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento
de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Local e data

_____ assinatura do representante legal

Observações:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1101
Rubrica	

ANEXO III

A - Termo de Referência

1. OBJETIVO

Aquisição de Equipamentos e Materiais Elétricos para manutenções e implantações de novos pontos na rede pública de iluminação do Município.

2. DA JUSTIFICATIVA

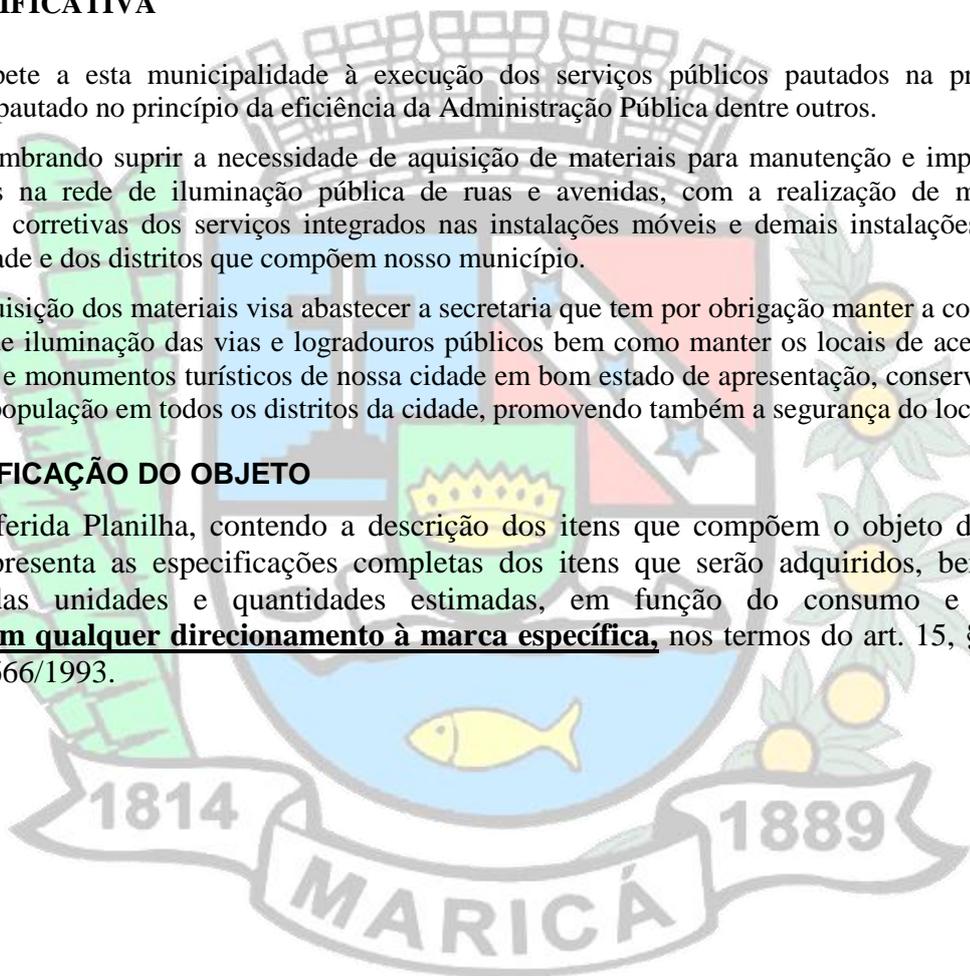
Compete a esta municipalidade à execução dos serviços públicos pautados na presteza, por conseguinte, pautado no princípio da eficiência da Administração Pública dentre outros.

Vislumbrando suprir a necessidade de aquisição de materiais para manutenção e implantação de novos pontos na rede de iluminação pública de ruas e avenidas, com a realização de manutenções preventivas e corretivas dos serviços integrados nas instalações móveis e demais instalações físicas do centro da cidade e dos distritos que compõem nosso município.

A aquisição dos materiais visa abastecer a secretaria que tem por obrigação manter a conservação e bom estado de iluminação das vias e logradouros públicos bem como manter os locais de acesso público como, praças e monumentos turísticos de nossa cidade em bom estado de apresentação, conservação, e uso por parte da população em todos os distritos da cidade, promovendo também a segurança do local.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A referida Planilha, contendo a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, apresenta as especificações completas dos itens que serão adquiridos, bem como a indicação das unidades e quantidades estimadas, em função do consumo e utilização prováveis, **sem qualquer direcionamento à marca específica**, nos termos do art. 15, § 7º, I e II, da Lei nº 8.666/1993.



ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
------	-----------	----	-----



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1102
Rubrica	

1	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 120W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 180 x 285mm).	UN	300
2	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 240W. Vida útil ≥ 50000 horas. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 360 x 285mm)	UN	300
3	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 300W, Vida útil ≥ 50000 horas. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 361 x 410 x 260mm)	UN	300
4	Projektor PRJ-27, para uma lâmpada vapor de sódio ou multivapor metálico de 250/400W, tubular, com equipamento auxiliar integrado, em liga de alumínio injetado a alta pressão - IP 65. Visor em vidro incolor plano liso com transparência mínima de 90%, temperado, resistente a impacto (IK08) e a choque térmico. acabamento em pintura eletrostática em poliéster em pó, conforme especificação EM-RIOLUZ-72. Fornecimento.	UN	100
5	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K ± 300 K, IRC ≥ 70 , potência máxima 60W, fluxo luminoso de 6600 lumens, fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, eficiência luminosa ≥ 110 lm/W, vida útil ≥ 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123.	UN	1500
6	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K ± 300 K, IRC ≥ 70 , potência máxima 120W, fluxo luminoso de 13200 lumens, vida útil ≥ 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	1500



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1103
Rubrica	

7	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 170W, fluxo luminoso de 18700 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	400
8	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 240W, fluxo luminoso de 26400 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	800
9	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 300W, fluxo luminoso de 33000 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Tensão Bivolt. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	300
10	Lâmpada bivolt LED 40W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 3600lm, fator de potência ³ 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 225W/ fluorescente -61W). Dimensões (altura x diâmetro) 20,4 x 13,8mm.	UN	500
11	Lâmpada bivolt LED 50W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 4.500lm, fator de potência ³ 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 270W/ fluorescente -74W). Dimensões (altura x diâmetro) 25,6 x 13,8mm.	UN	500
12	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300
13	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1104
Rubrica	

14	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300
15	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300
16	Cabo cobre, 1 kV, seções 2x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 2 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	50.000
17	Cabo cobre, 1 kV, seções 3x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	60.000
18	Cabo cobre, 1 kV, seções 3 X 16 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	10.000
19	Cabo de alumínio multiplexado auto sustentado, com três condutores fase de alumínio compactado (CA), com isolamento composto de polietileno reticulado (XLPE), 90oC, isolamento para 1Kv, seção 16mm ² e condutor neutro de alumínio compactado, não isolado, com alma de aço (CAA), seção 16mm ² (3 x 1 x 16 + 16), conforme NBR 8182. Fornecimento.	M	200.000
20	Contator magnético com bobina 25A 220V/60Hz modelo 3RT10 25-1AN10	UN	50
21	Contator magnético com bobina 32A 220V/60Hz modelo 3TB-44	UN	50
22	Contator magnético com bobina 63A 220V/60Hz modelo 3TB-47	UN	50
23	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (1.1/2").	M	50.000
24	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (3/4").	M	30.000
25	Conector terminal para haste de terra de 5/8" de diâmetro e para cabo de até 50 mm ² , corpo em liga de bronze de alta condutibilidade elétrica e alta resistência mecânica, composto de grampo tipo U, com porcas e arruelas de pressão.	UN	300
26	Parafuso maquina 12x150mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	UN	3.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1105
Rubrica	

27	Parafuso maquina 12x300mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	UN	3.000
28	Abraçadeira de Nylon com pelo menos 300 x 3,6mm com tensão mínima de ruptura de pelo menos 8,2Kgf temperatura de utilização por volta -40°C e 85°C	UN	40.000
29	Capacete de segurança, classificação a (para uso industrial e construção civil), fabricado em plástico de polietileno de alta densidade. Possui nervura central para reforço, aba frontal e não possui slot para fixação de acessórios. Suspensão/carneira de plástico de polietileno de média densidade, fixada ao capacete através de seis pontos, com almofada na testa para absorção do suor e de regulagem simples.	UN	40
30	Alicate de corte 6" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	UN	20
31	Alicate universal 8" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	UN	20
32	Kit de ferramentas para eletricista contendo: 01 alicate de bico longo 150 mm com cabo emborrachado; chave ajustável (tipo inglesa); 01 martelo com cabo emborrachado; 01 nivelador; 02 abraçadeiras de nylon 100 mm; 01 chave de boca; 01 trena de 03 metros; 01 estilete; 08 chaves hexagonais métrica (allen); 08 chaves hexagonais polegadas (allen); 06 chaves de precisão 3,5(-) 3,0(+) 2,4(-) 2,0(+) 1,6(+) 1,0(-); 20 bits de pontas diversas intercambiáveis; 01 maleta plástica com fecho.	UN	20
33	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 25 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000
34	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 35 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000
35	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 50 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000
36	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole,	UN	3.000



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1106
Rubrica	

	classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 70 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .		
37	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 95 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UM	2.000

4. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	MEMÓRIA DE CÁLCULO
1	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 120W, fluxo luminoso mínimo de 13.200 lumens, eficiência mínima de 110 lm/W. Vida útil ≥ 50000 horas. Temperatura de operação de -10°C a 40°C. Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Módulos com grau de proteção IP-67 e driver grau de proteção IP-68. Dissipadores de calor em liga de alumínio estruturado. Sistema de fixação da projetor com alça em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306, com regulagem. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 180 x 285mm)	UN	300	Serão utilizados 10 projetores x 30 quadras de vôlei de praia = 300.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1107
Rubrica	

2	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 240W, fluxo luminoso mínimo de 26.400 lumens, eficiência mínima de 110 lm/W. Vida útil ≥ 50000 horas. Temperatura de operação de -10°C a 40°C . Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Módulos com grau de proteção IP-67 e driver grau de proteção IP-68. Dissipadores de calor em liga de alumínio estruturado. Sistema de fixação da projetor com alça em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306, com regulagem. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 280 x 360 x 285mm)	UN	300	Serão utilizados 10 áreas x 30 projetores para atender os projetos esportivos nas praias do município.
3	Projektor para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000K, IRC ≥ 70 , fator de potência $\geq 0,95$, THD $\leq 10\%$, potência máxima de 300W, fluxo luminoso mínimo de 26.400 lumens, eficiência mínima de 110 lm/W. Vida útil ≥ 50000 horas. Temperatura de operação de -10°C a 40°C . Tensão bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Módulos com grau de proteção IP-67 e driver grau de proteção IP-68. Dissipadores de calor em liga de alumínio estruturado. Sistema de fixação da projetor com alça em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306, com regulagem. Todos parafusos deverão ser em aço inoxidável. Acabamento externo com pintura eletrostática em poliéster, na cor vermelho RAL 3000. Medidas: (C x L x A = 361 x 410 x 260mm)	UN	300	Serão utilizados 10 áreas x 30 projetores para atender os projetos esportivos nas praias do município.
4	Projektor PRJ-27, para uma lâmpada vapor de sódio ou multivapor metálico de 250/400W, tubular, com equipamento auxiliar integrado, em liga de alumínio injetado a alta pressão - IP 65. Refletor em chapa de alumínio de alta pureza (99,50%) estampado, anodizado e abrihantado quimicamente, apresentando variados tipos de refletores possibilitando diferentes distribuições fotométricas. Visor em vidro incolor plano liso com transparência mínima de 90%, temperado, resistente a impacto (IK08) e a choque térmico. Fecho em aço inoxidável através de alavanca de pressão automática, suporte de fixação em "U" em barra chata de aço galvanizado a quente com dispositivo para indicação de angulo de montagem, acabamento em pintura eletrostática em poliéster em pó,	UN	100	Serão utilizados para iluminar 10 quadras esportivas nos condomínios da minha casa minha vida, onde utilizaremos 10 projetores por quadra.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1108
Rubrica	

	conforme especificação EM-RIOLUZ-72. Fornecimento.			
5	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 60W, fluxo luminoso de 6600 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Temperatura de operação -10°C a 40°C. Tensão Bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Alojamento com grau de proteção IP-66, incorporado para instalação dos equipamentos eletrônicos (Driver grau de proteção IP-67 e protetor de surto grau de proteção IP-66), fabricado em liga de alumínio injetado a alta pressão liga SAE 306, possuindo gravação em alto relevo com o nome do fabricante e modelo da luminária com tampa basculante. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	1500	Serão utilizados 40% no primeiro distrito, 20% no segundo distrito, 10% no terceiro distrito e 30% no quarto distrito.
6	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 120W, fluxo luminoso de 13200 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Temperatura de operação -10°C a 40°C. Tensão Bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Alojamento com grau de proteção IP-66, incorporado para instalação dos equipamentos eletrônicos (Driver grau de proteção IP-67 e protetor de surto grau de proteção IP-66), fabricado em liga de alumínio injetado a alta pressão liga SAE 306, possuindo gravação em alto relevo com o nome do fabricante e modelo da luminária com tampa basculante. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	1500	Serão utilizados 40% no primeiro distrito, 20% no segundo distrito, 10% no terceiro distrito e 30% no quarto distrito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1109
Rubrica	

7	<p>Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq70, potência máxima 170W, fluxo luminoso de 18700 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Temperatura de operação -10°C a 40°C. Tensão Bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Alojamento com grau de proteção IP-66, incorporado para instalação dos equipamentos eletrônicos (Driver grau de proteção IP-67 e protetor de surto grau de proteção IP-66), fabricado em liga de alumínio injetado a alta pressão liga SAe 306, possuindo gravação em alto relevo com o nome do fabricante e modelo da luminária com tampa basculante. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.</p>	UN	400	Serão utilizados 40% no primeiro distrito, 20% no segundo distrito, 10% no terceiro distrito e 30% no quarto distrito.
8	<p>Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq70, potência máxima 240W, fluxo luminoso de 26400 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Temperatura de operação -10°C a 40°C. Tensão Bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Alojamento com grau de proteção IP-66, incorporado para instalação dos equipamentos eletrônicos (Driver grau de proteção IP-67 e protetor de surto grau de proteção IP-66), fabricado em liga de alumínio injetado a alta pressão liga SAe 306, possuindo gravação em alto relevo com o nome do fabricante e modelo da luminária com tampa basculante. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.</p>	UN	800	Serão utilizados 40% no primeiro distrito, 20% no segundo distrito, 10% no terceiro distrito e 30% no quarto distrito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1110
Rubrica	

9	Luminária para iluminação pública LED modular, temperatura de cor de 5.000 K \pm 300K, IRC \geq 70, potência máxima 300W, fluxo luminoso de 33000 lumens, fator de potência \geq 0,95, THD \leq 10%, eficiência luminosa \geq 110 lm/W, vida útil \geq 70000 horas. Temperatura de operação -10°C a 40°C. Tensão Bivolt. Produzida em liga de alumínio injetado a alta pressão SAE 306 e perfil de alumínio estruturado liga 6063, alta eficiência elétrica e fotométrica. Alojamento com grau de proteção n IP-66, incorporado para instalação dos equipamentos eletrônicos (Driver grau de proteção IP-67 e protetor de surto grau de proteção IP-66), fabricado em liga de alumínio injetado a alta pressão liga SAe 306, possuindo gravação em alto relevo com o nome do fabricante e modelo da luminária com tampa basculante. Pintura eletrostática na cor vermelha RAL 3000. A luminária deve possuir suporte para quando necessário montar tomada para relé fotoelétrico conforme NBR 5123. A luminária deverá prever na parte superior, um ponto para nivelamento (nível bolha) em relação ao eixo longitudinal da via sem uso de ferramentas/instrumento de medição.	UN	300	Serão utilizados 40% no primeiro distrito, 20% no segundo distrito, 10% no terceiro distrito e 30% no quarto distrito.
10	Lâmpada bivolt LED 40W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 3600lm, fator de potência \geq 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 225W/ fluorescente -61W). Dimensões (altura x diâmetro) 20,4 x 13,8mm.	UN	500	Serão utilizados em eventos festivos do município, sendo utilizados em média 50 luminárias por evento.
11	Lâmpada bivolt LED 50W bocal E-27 alto fluxo e alto fator de potência, bivolt, temperatura de cor 6500K, fluxo luminoso 4.500lm, fator de potência \geq 0,92, eficiência luminosa 90lm/W, equivalência (incandescente - 270W/ fluorescente -74W). Dimensões (altura x diâmetro) 25,6 x 13,8mm.	UN	500	Serão utilizados em eventos festivos do município, sendo utilizados em média 50 luminárias por evento.
12	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300	Serão utilizados 70% para construção de iluminação pública em novos canteiros e 30% para manutenção de iluminação já existente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1111
Rubrica	

13	Suporte para uma luminária, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300	Serão utilizados 70% para construção de iluminação pública em novos canteiros e 30% para manutenção de iluminação já existente.
14	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm , projeção de braço 500mm para encaixe de luminária 60,3mm, adorno em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300	Serão utilizados 70% para construção de iluminação pública em novos canteiros e 30% para manutenção de iluminação já existente.
15	Suporte para duas luminárias, modelo Hadock Lobo, fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020, p/ topo de poste c/ 60mm, projeção de braço 1010mm para encaixe de luminária 60,3mm, adornos em aço inoxidável, acabamento galvanizado e fogo pintado na cor vermelho RAL 3000.	UN	300	Serão utilizados 70% para construção de iluminação pública em novos canteiros e 30% para manutenção de iluminação já existente.
16	Cabo cobre, 1 kV, seções 2x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 2 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	50.000	Serão utilizados na construção da rede de iluminação pública da Avenida Maysa.
17	Cabo cobre, 1 kV, seções 3x10 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	60.000	Serão utilizados na construção da rede de iluminação pública da Avenida Maysa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1112
Rubrica	

18	Cabo cobre, 1 kV, seções 3 X 16 mm ² , tipo MULTIPOLAR, constituído de 3 condutores flexíveis formados por fios de cobre eletrolítico nú, tempera mole, encordoamento classe 5, isolamento para 1 kV em HEPR 70° C, anti chama, em cores diferentes para cada condutor, coberto externamente com capa de PVC na cor preta.	M	10.000	Serão utilizados na construção da rede de iluminação pública da Avenida Maysa.
19	Cabo de alumínio multiplexado auto sustentado, com três condutores fase de alumínio compactado (CA), com isolamento composto de polietileno reticulado (XLPE), 90oC, isolamento para 1Kv, seção 16mm2 e condutor neutro de alumínio compactado, não isolado, com alma de aço (CAA), seção 16mm2 (3 x 1 x 16 + 16), conforme NBR 8182. Fornecimento.	M	200.000	Serão utilizados na construção da rede de iluminação pública da Avenida Maysa.
20	Contator magnético com bobina 220V/60Hz modelo 3RT10 25-1AN10	UN	50	Serão utilizados na manutenção de 50 praças.
21	Contator magnético com bobina 32A 220V/60Hz modelo 3TB-44	UN	50	Serão utilizados na manutenção de 50 praças.
22	Contator magnético com bobina 63A 220V/60Hz modelo 3TB-47	UN	50	Serão utilizados na manutenção de 50 praças.
23	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (1.1/2").	M	50.000	Serão utilizados na construção de 50km de rede de iluminação pública.
24	Conduíte flexível galvanizado, de 19mm (3/4").	M	30.000	Serão utilizados na construção de 30km de rede de iluminação pública.
25	Conector terminal para haste de terra de 5/8" de diâmetro e para cabo de até 50 mm ² , corpo em liga de bronze de alta condutibilidade elétrica e alta resistência mecânica, composto de grampo tipo U, com porcas e arruelas de pressão.	UN	300	Serão utilizados 30% para construção de iluminação publica em novos canteiros e 70% para manutenção de iluminação já existente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1113
Rubrica	

26	Parafuso maquina 12x150mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	UN	3.000	Cálculo estimado para instalação de 1.500 luminárias, sendo utilizado um total de dois parafusos por luminária instalada.
27	Parafuso maquina 12x300mm fabricado em aço carbono, SAE 1010/1020 proteção superficial zincagem por imersão á quente, tipo de rosca métrica, passo da rosca 2,00mm.	UN	3.000	Cálculo estimado para instalação de 1.500 luminárias, sendo utilizado um total de dois parafusos por luminária instalada.
28	Abraçadeira de Nylon com pelo menos 300 x 3,6mm com tensão mínima de ruptura de pelo menos 8,2Kgf temperatura de utilização por volta -40°C e 85°C	UN	40.000	Serão utilizados 30% para construção de iluminação publica em novos canteiros e 70% para manutenção de iluminação já existente.
29	Capacete de segurança, classificação a (para uso industrial e construção civil), fabricado em plástico de polietileno de alta densidade. Possui nervura central para reforço, aba frontal e não possui slot para fixação de acessórios. Suspensão/carneira de plástico de polietileno de média densidade, fixada ao capacete através de seis pontos, com almofada na testa para absorção do suor e de regulagem simples.	UN	40	Serão utilizados 20 capacetes por semestres.
30	Alicate de corte 6" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	UN	20	Equipamento utilizado diariamente por equipes externas de manutenção preventiva e preditiva do sistema de iluminação pública municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1114
Rubrica	

31	Alicate universal 8" fabricado em aço cromo vanádio com cabo isolado em pvc 1000v.	UN	20	Equipamento utilizado diariamente por equipes externas de manutenção preventiva e preditiva do sistema de iluminação pública municipal.
32	Kit de ferramentas para eletricista contendo: 01 alicate de bico longo 150 mm com cabo emborrachado; chave ajustável (tipo inglesa); 01 martelo com cabo emborrachado; 01 nivelador; 02 abraçadeiras de nylon 100 mm; 01 chave de boca; 01 trena de 03 metros; 01 estilete; 08 chaves hexagonais métrica (allen); 08 chaves hexagonais polegadas (allen); 06 chaves de precisão 3.5(-) 3,0(+) 2,4(-) 2,0(+) 1,6(+) 1,0(-); 20 bits de pontas diversas intercambiáveis; 01 maleta plástica com fecho.	UN	20	Equipamento utilizado diariamente por equipes externas de manutenção preventiva e preditiva do sistema de iluminação pública municipal.
33	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 25 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000	Serão utilizados no serviço de construção de rede elétrica aérea.
34	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 35 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000	Serão utilizados no serviço de construção de rede elétrica aérea .
35	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 50 MM2, de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	10.000	Serão utilizados no serviço de construção de rede elétrica aérea .



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1115
Rubrica	

36	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 70 MM2,de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	3.000	Serão utilizados no serviço de construção de rede elétrica aérea .
37	Cabo Elétrico Flexível, condutor em material cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, isolado em composto XLPE –Polietileno Reticulável, temperatura 90° C , tensão isolamento 0,6/1KV, cobertura em PVC–policloreto de venilha, na cor preta, seção nominal condutor 95 MM2,de acordo com as NBR 7286 E NBR 6251. Acondicionado em rolos de 100M .	UN	2.000	Serão utilizados no serviço de construção de rede elétrica aérea.

5. DA EXIGÊNCIA PARA APROVAÇÃO DOS ITENS

- Como Critério para celebração do contrato, a Empresa Vencedora, deverá apresentar a(s) amostra (as) licitadas em até 5 (cinco) dias após a realização das fases de habilitação e classificação das propostas, para análise na Secretaria de Iluminação Pública, localizada à Avenida Gilberto de Carvalho, 148 A – Lote C – Inoã – Maricá – RJ – CEP: 24922-000, para que a mesma, no prazo de 30 dias, apresente seu lado técnico, aprovando ou não os itens licitados.
- Será aberto prazo para recurso apenas ao final da fase de amostras, nos moldes da Lei nº 10.520/02.
- O recurso interposto fora do prazo previsto será desconsiderado e automaticamente arquivado.
- A empresa que receber análise negativa será desclassificada e automaticamente será chamada a empresa que se classificou em segundo lugar e assim sucessivamente, até que se encontre uma proposta com amostra adequada entre as empresas classificadas.
- Os materiais licitados deverão ser obrigatoriamente de primeira linha e homologados pelo INMETRO/PROCEL, sob pena de desclassificação dos itens que destoarem das especificações exigidas.
- Ressalta-se, desde já, que em observância do Decreto Regulamentador do Sistema de Registro de Preços do Município de Maricá, fica convencionado que **a quantidade mínima a ser cotada, por item é de 50% (cinquenta por cento)**.
- Com fundamento no Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, não haverá tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visto que não é considerado vantajoso para a administração pública e/ou representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Quanto a estimativa de preços, foi anexada pela Coordenadoria de Compras.

7. DA CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO

Quanto à cláusula de reajustamento, será adotado como **Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)** fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme disposto pela Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, alterada pela Medida Provisória nº 1875.56, de 22 de outubro de



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1116
Rubrica	

1999, tendo como marco inicial a data de apresentação da Proposta Detalhe.

8. DA PUBLICIDADE DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Tendo em vista que para o custeio da referida contratação serão utilizados recursos próprios, **não havendo a participação de verbas oriundas de repasses federais e/ou estaduais ou convênios, dispensa-se a publicação do instrumento convocatório nos Diários Oficiais da União e do Estado.**

9. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O objeto desse Termo de Referência será contratado por meio do Sistema de Registro de Preço (SRP) conforme o inciso III, do art. 3º Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, uma vez que possibilitará a Secretaria de Iluminação Pública entrar em adequação com as contratações (compras) de acordo com as prioridades.

Aliado ao Sistema de Registro de Preços, a modalidade de **Pregão Presencial, pelo Critério de Julgamento Menor Preço por Item**, considerando as disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 158/2018, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Define-se, como órgão participante do Sistema de Registro de Preços, a **Secretaria de Iluminação Pública**.

11. DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

À participação de órgãos não participantes fica destinado o percentual de **50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens de instrumento convocatório e registrado na ata de registro de preço**, nos moldes do Art. 26, §3º, do Decreto Estadual nº. 46751/2019, desde que o Órgão Gerenciador admita adesões.

12. LEGISLAÇÃO APLICADA

A Contratação em comento observará as disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações; Lei nº 4.320/64 e alterações; Lei nº 10.520/2002; e Decretos Municipais nºs 158/2018 e 135/2013.

13. CAPACIDADE TÉCNICA

a) Das condições de habilitação para participação

As pessoas jurídicas ou físicas para participar da licitação deverão atender as exigências legais dos arts. 27 e seguintes, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

As empresas participantes deverão estar legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do certame, atender às exigências do Edital e deverão, ainda, possuir habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista.

Será vedada a participação no certame de empresas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1117
Rubrica	

- Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- Em dissolução ou em Liquidação;
- Suspensa de licitar e contratar com a Administração Municipal de Maricá;
- Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Deverá apresentar Certidão negativa de Recuperação Judicial ou falência expedida pelo distribuidor (ES) da sede da pessoa jurídica. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de Recuperação Judicial, concordata e falências.

No caso da Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi aprovado/ homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

b) Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

- i. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- ii. prova de regularidade perante a Fazenda Federal e Fazenda Municipal e Estadual, do domicílio ou sede da licitante;
- iii. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- iv. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

c) Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, a menos que se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

d) Normas técnicas

Além dos procedimentos técnicos aqui indicados, terão validade, para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT e Prefeitura de Maricá e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas com os materiais e serviços objetos do contrato.

14.DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

Dar-se-á a **entrega** no pátio da sede desta Secretaria, situado na Av. Gilberto de Carvalho, 1120-Loteamento Vivendas de Itaipuaçu- Inoã – Maricá - RJ, no **prazo máximo de até 15 (quinze) dias**, contados a partir da solicitação formulada pela Secretária Requisitante.

Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, sem arranhões, sem amassados, etc.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1118
Rubrica	

15. RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com suas cláusulas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação legal vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da execução total ou parcial.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especialmente designados, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

Executado o contrato, o recebimento provisório será realizado nos moldes do art. 73, II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93 e o aceite definitivo nos moldes da alínea “b”, do mesmo dispositivo, sendo determinado que, **provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, a contar da entrega na sede da Secretaria de Iluminação Pública e, definitivamente, em até 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo de vigência do contrato.**

16. DA GARANTIA

O período de Garantia para os materiais, deverá ser de, no mínimo, 01 (um) ano, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

Todos os materiais fornecidos devem ser garantidos contra defeitos de fabricação e má qualidade por tempo determinado em Lei, contados a partir da Aceitação Definitiva.

17. FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **pelo fornecimento efetivamente executado, até 30 (trinta) dias úteis** contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato, conforme o disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93;

As Notas fiscais / faturas serão atestadas em até 05 (cinco) dias contados a partir da data de entrega à CONTRATANTE e após o atesto da Nota Fiscal pela FISCALIZAÇÃO;

Nos casos em que houver erros e/ou incongruências nos valores apresentados na Nota Fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA, para que realize os ajustes necessários, tendo o prazo de pagamento e atesto reajustados para o início, ou seja, a FISCALIZAÇÃO possuirá mais 10 (dez) dias úteis para analisar e atestar.

Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/96), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal;

O pagamento será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura do fornecimento acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato;

Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012;

A CONTRATADA deverá, ainda, com a Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos neste Termo de Referência;

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto, pendente de liquidação qualquer



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1119
Rubrica	

obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas;

A apresentação de certidões atrasadas ou irregulares com a nota fiscal ensejará anotação do fiscal em registro próprio e criará pendência a ser sanada pela CONTRATADA;

Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

18.FONTE DE RECURSOS

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS

19.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do contrato, a contratada ficará responsável por:

- Apresentar, anexo à Proposta de Preços, planilha contendo todos os custos unitários com a indicação da respectiva data base (mês/ano);
- Entregar os equipamentos adquiridos no prazo estabelecido pela Contratante, nas descrições pré-estabelecidas e em perfeito estado de conservação e uso;
- Apresentar os comprovantes de recolhimentos dos impostos, taxas e contribuições resultantes da execução do objeto licitado e contratado, nos termos do art. 31, da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quando da apresentação de cada boleto de cobrança correspondente;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Responsabilizar-se, pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- Cumprir as posturas do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que interfiram na execução dos serviços;
- Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique a existência de vícios, defeitos ou incorreções no prazo máximo de 10 (dez) dias após notificação da Secretaria Responsável;
- Reconhecer, por este instrumento, que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à Prefeitura da Cidade de Maricá - RJ, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução do contrato,



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1120
Rubrica	

correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a Prefeitura, ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar;

20. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

É da responsabilidade da Prefeitura Municipal de Maricá:

- Serão designados 3 (três) gestores da Prefeitura da Cidade de Maricá, da Secretária Responsável, para acompanhamento, fiscalização, validação e aprovação da execução contratual;
- Orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada;
- Verificar a execução contratual e atestar a nota fiscal no valor global de cada equipamento apresentada pela contratada;
- Verificar as guias de recolhimento dos encargos fiscais, devidos pela contratada em função da execução do contrato;
- Manifestarem-se, por escrito, sobre os relatórios e demais elementos fornecidos pela contratada, bem como exigir a adoção de providências necessárias à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos bens adquiridos.

21. FORO

Ficará eleito o **FORO DA COMARCA DE MARICÁ** para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital de Convocação e do contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. DA APROVAÇÃO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	
Ciente,	03 de junho de 2020. Fábio Aguiar Mat: 107.516 Assessor
Ciente,	03 de junho de 2020. Leonardo Alvarenga Mat: 7249 Secretário de Iluminação Pública



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1121
Rubrica	

ANEXO IV

A - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de R.P. n°

Processo Administrativo N°

Publicado no JOM de:

Validade:

REGISTRO DE PREÇOS PARA

Aosdias do mês dedo ano de dois mil e dez, a Municipalidade de Maricá, através da(Órgão Gestor) integrante da Secretaria Municipal de, situada na, n° __, nesta Cidade, aqui representada, nos termos do Decreto Municipal n.º, por, portador (a) do R.G n°- e inscrito no CPF sob n°- , e a empresa, situada na rua n°, CNPJ n° – neste ato representada por seu,, portador do RG n° e inscrito no CPF sob n°, nos termos do Decreto Municipal n°, da Lei Federal n° 10.520/2002 e da Lei Federal n° 8.666/93, e demais normas complementares, e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls., HOMOLOGADA às fls., ambas do processo administrativo n°....., referente ao Pregão Presencial n°/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal n.º 135/2013.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se ao seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a secretaria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade.

3.4. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93 e no Edital de Licitação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1122
Rubrica	

3.4.1. A entrega do objeto na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.5. Se a qualidade do objeto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o objeto entregue apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

I - advertência;

II - multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1123
Rubrica	

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro *rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, pro *rata die*.

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreeajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMM à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1 . A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1124
Rubrica	

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1125
Rubrica	

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. Os itens decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizadas através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão as mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de “fac-símile”, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela PMM é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela PMM nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à PMM toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1126
Rubrica	

lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1127
Rubrica	

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, de 1814 de .

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____

R.G. n.º: _____ R.G. n.º: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1129
Rubrica	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de _____, a contar da data de sua assinatura, obedecido o cronograma em anexo. **Parágrafo Primeiro.** Os Prazos de Entrega poderão ser prorrogados nos termos permissivos do art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/93. **Parágrafo Segundo.** O fato que gere a antecipação da entrega com o conseqüente esgotamento de saldo provocará a extinção antecipada da presente avença.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Constituem obrigações do MUNICÍPIO: a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato; b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; c) exercer a fiscalização do contrato; d) receber o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA: a) fornecer o objeto contratual de forma imediata, em até ____ (____) dias, contados a partir da solicitação formal do MUNICÍPIO, conforme Termo de Referência/Projeto Básico e Edital, utilizando-se das normas aplicáveis, em face da legislação vigente e daquelas contidas neste Instrumento Contratual; b) prestar, sem quaisquer ônus para o MUNICÍPIO, em até ____ (____) dias, as correções, substituições, e revisões de falhas ou defeitos verificados no item fornecido, especialmente no caso de entrega de produto defeituoso ou inadequado; c) acatar as instruções emanadas da fiscalização; d) atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social, assim como encargos fiscais e trabalhistas nos termos do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93; e) manter durante toda a execução do contrato às condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações por assumidas; f) Entregar os produtos considerando que não se tenha ultrapassado -----% do seu prazo de validade, conforme disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou no Edital; g) Atender todas as normas e legislações no que concerne à matéria; h) Atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ ____ (____), sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93. **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas: **Fonte de Recurso:** _____; **Elemento de Despesa:** _____; **Programa de Trabalho:** _____;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AQUISIÇÃO: O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial. **Parágrafo primeiro.** Cumprida a CONTRATADA providenciar o fornecimento do objeto contratual, na Secretaria Municipal de _____, situada na Rua _____, nos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme previsões no

Edital, no Projeto Básico e no Cronograma de Execução. **Parágrafo segundo.** A CONTRATADA empregará os bens e recursos humanos necessários para a boa execução do objeto do presente instrumento. **Parágrafo terceiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no edital de licitação e seus anexos, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis. **Parágrafo quarto.** As inclusões ou exclusões de material ou alteração de preços de materiais que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados seqüencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL: A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo MUNICÍPIO, à qual compete: a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato; b) notificar a CONTRATADA acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta; c) suspender a execução e, conforme o caso, determinar a devolução do fornecimento considerado inadequado; d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato; e) exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1130
Rubrica	

interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**. **Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão prevista no *caput* desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta. **Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização. **Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização. **Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria. **Parágrafo sexto.** Os membros da comissão prevista no *caput* desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para providências. **Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais. **Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido pelo fornecimento realizado, observada a seguinte forma: a) provisoriamente, com a entrega dos bens, confirmando-se de imediato, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida, no prazo de ___ (___) dias; b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o *caput* desta cláusula, após decorrido o prazo máximo de ___ (___) dias, contados a partir do recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais. **Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE: A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O **MUNICÍPIO** fará o pagamento dos produtos fornecidos por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município, depois de atestada a entrega pelos representantes do Município. **Parágrafo primeiro.** O valor devido será confirmado pelo registro dos bens entregues no período, que deverá se realizar por meio de servidores indicados pelo **MUNICÍPIO** em até dez dias após o prazo previsto para conclusão da etapa, considerando-se os preços unitários. **Parágrafo segundo.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues se for inferior ao previsto no cronograma de desembolso para a respectiva etapa. **Parágrafo terceiro.** Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no cronograma físico-financeiro, será devido o valor indicado no cronograma, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado ao **MUNICÍPIO**, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução medida no período. **Parágrafo quarto.** Não serão considerados quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários. **Parágrafo quinto.** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do art. 40, inciso XIV, “a” da Lei Federal 8.666, de 1993. **Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação. **Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, *pro rata die*. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA:** **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, poderá exigir a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1131
Rubrica	

prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei nº 8.666/93, mediante Aditamento Contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:** Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento. Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:** A inexecução do fornecimento, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da total do CONTRATO, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos; c) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento); d) multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA; e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7.º da Lei Federal n.º10.520/02. Parágrafo primeiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório. Parágrafo segundo - A sanção prevista nas alíneas b, c e d do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra. Parágrafo terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. Parágrafo quarto - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula competem ao Sr. Prefeito. Parágrafo quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade. - Parágrafo sexto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face do MUNICÍPIO. Parágrafo único - Caso o MUNICÍPIO tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado. Parágrafo único - O cessionário ficará subrogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO:** O presente contrato poderá ser rescindido por: a) Ato unilateral do MUNICÍPIO, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	19963/2018
Data do Início	12/09/2018
Folha	1132
Rubrica	

n.º 8.666/93; b) Por acordo entre as partes, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; c) Por decisão judicial, nos termos da legislação aplicável. Parágrafo primeiro – Constituem motivos para rescisão do contrato os termos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa. Parágrafo segundo - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Maricá. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do MUNICÍPIO. Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato. Parágrafo segundo - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS:** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO:** Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, _____

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

1 –

2 –

